

RELATÓRIO UFGInclui 2016

Em 2016, através do UFGInclui a Universidade Federal de Goiás recebeu entre indígenas e quilombolas 84 estudantes, mais que o dobro de 2015, os alunos estão alocados nas regionais Goiânia, Goiás, Catalão e Jataí;este é o maior número de estudantes matriculados desde a sua criação, em 2009. Em 2015 foram 35 sendo 19 quilombolas e 16 indígenas.

O UFGInclui gera uma vaga extra conforme a demanda de indígena e quilombola, bem como para candidatos surdos na graduação Letras Libras, quando oriundos de escola pública, a partir da pontuação obtida pelo Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).

Conforme dados da coordenação de Inclusão e Permanência da UFG esse foi o maior processo seletivo do programa, com 145 quilombolas e 75 indígenas inscritos. Esse crescimento se deve, principalmente, aos projetos de divulgação nas comunidades, com oficinas que esclarecem como ingressar na UFG, com envolvimento de professores e alunos. Outro fator, é a ajuda dos estudantes veteranos que viram porta-vozes do programa em suas comunidades e fora delas.

O Seminário de Avaliação UFGInclui 2015, realizado em 10 de dezembro de 2015, pela Pró-Reitoria de Graduação, com apoio do Coletivo União dos Estudantes Indígenas e Quilombolas da UFG, objetivou a análise do Programa UFGInclui a partir dos seguintes aspectos: apresentação crítica das ações desenvolvidas pela UFG diretamente relacionadas ao acesso e permanência dos acadêmicos indígenas e quilombolas; avaliação qualitativa por parte dos estudantes integrantes do Programa UFGInclui em relação ao seu acesso e permanência na UFG; integração solidária entre estudantes indígenas, quilombolas, surdos, professores, pesquisadores e demais interessados na promoção e aprimoramento do Programa UFGInclui.

IV. ASPECTOS DA AVALIAÇÃO: Apresentam-se a seguir os principais aspectos elencados pelos estudantes, professores e técnico-administrativos que estiveram presentes no Seminário de Avaliação UFGInclui 2015:

- a) a temática da assistência estudantil permeou todo o evento, desde sua mesa de abertura até o final. Os estudantes sinalizaram a necessidade de um aprimoramento por parte da UFG em relação à moradia estudantil, aspecto até então não contemplado no Programa, apresentando-se diversos casos de estudantes indígenas e quilombolas que não ingressaram na casa do estudante;
- b) os três primeiros meses dos estudantes indígenas e quilombolas, após o ingresso na UFG, foram apontados como os mais problemáticos, uma vez que a primeira parcela da bolsa permanência ofertada pelo MEC leva até 120 dias para ser paga, o que produz situação de

extrema vulnerabilidade econômica e social, incluindo situações de fome, endividamento e evasão;

c) outro tema presente ao longo de todo seminário, a necessidade de contemplar a realidade de estudantes do UFGInclui que são mães na assistência estudantil, mostrou-se uma urgência, uma vez que mães apontaram diversas dificuldades em seguir com os estudos, dividindo-se nas tarefas de cuidados de seus filhos, trabalhadoras e acadêmicas. Os homens pais também ressaltaram dificuldades semelhantes, somando-se ao fato de que o papel da família em comunidades tradicionais é fundamental para o sucesso acadêmico de cada indivíduo. Nesse sentido, o cumprimento do PNAES em relação à creche tornou-se cobrança a ser considerada, assim como o suporte de moradia para os casais que possuam filhos.

d) apontou-se a necessidade de revisão do critério de negação do direito à moradia estudantil para estudantes que residem na grande Goiânia, uma vez que a realidade do acadêmico de quilombos desta região assemelha-se à de comunidades rurais, tanto por sua distância periférica em relação aos centros de suas cidades quanto pela vulnerabilidade em transportes públicos;

e) apontou-se a necessidade de auxílio financeiro para material didático como aspecto prioritário para assegurar o sucesso acadêmico dos discentes, tal qual já ocorre em outras universidades;

f) sinalizou-se a necessidade de se ampliar para outros grupos sócias vulneráveis o ingresso no Programa UFGInclui, a exemplo dos ciganos e refugiados, bem como não delimitar um período máximo de vigência para término do Programa na UFG institucionalizando-o de modo permanente.

g) respeitando o direito à diferença, apontou-se a necessidade de qualificação dos professores, técnico-administrativos e terceirizados da UFG para lidar de maneira respeitosa com integrantes de todos os grupos minoritários, em particular indígenas e quilombolas, bem como recomendações em relação à avaliação diferenciada (tal como oral) de rendimento acadêmico para estudantes do Programa UFGInclui;

h) com o objetivo de que as pessoas surdas possam ter maior chance de ingresso em qualquer curso da UFG, além do Letras: Libras, solicitou-se a contratação de um número maior de interpretes para atuar em distintos cursos;

i) mediante as propostas apresentadas, considerou-se, por fim, a necessidade de reformulação da resolução que regulamenta o UFGInclui.

V. PROPOSTAS PARA NOVA RESOLUÇÃO DO UFGINCLUI:

A partir dos aspectos apresentados, a avaliação do UFGInclui 2015 indicou a necessidade de reformular a resolução que instituiu o Programa a partir dos seguintes eixos:

a) incluir o UFGInclui na política de assistência estudantil da UFG, considerando surdos, quilombolas e indígenas como prioridade, independente de moradia na grande Goiânia ou não, bem como a disponibilização de um conjunto de suportes para mães e pais (auxílios financeiros, inclusão da vaga extra no Cepae e creche), bolsa material didático e acesso ao RU com alimentação diferenciada.

b) implantar a política de acolhimento imediato, assegurando moradia, alimentação e bolsas nos três primeiros meses ou até quando o MEC disponibilize o primeiro pagamento das bolsas de permanência dos calouros indígenas e quilombolas;

c) potencializar o programa de acompanhamento pedagógico, subsidiando a continuidade de tutorias, monitorias, atendimento psicopedagógico, oferta de disciplinas de núcleos livres, além de criar um conjunto de disciplinas específicas para calouros do UFGInclui capazes de fornecer subsídios que assegurem a superação da evasão e retenção;

d) institucionalizar o Programa UFGInclui de modo permanente na UFG, bem como criar condições para que outros grupos vulneráveis passem a integrá-lo (conforme estudos, demandas e/ou contextos distintos);

e) assegurar um conjunto de profissionais atuando diretamente no Programa UFGInclui, tal qual um coordenador do Programa, um maior número de interpretes em Libras e professores tutores em campos do saber como Português, Matemática, Química, Física e Cidadania.

f) expandir a vaga extra do UFGInclui para os programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão;

A permanência ainda é desafio

Apesar do acompanhamento acadêmico por parte da UFG, os estudantes ainda vivem muitas dificuldades para permanecer na Universidade. Uma das razões é a desinformação sobre seus direitos. Todos os indígenas e quilombolas que ingressam na UFG têm direito a uma bolsa de 900 reais, paga, desde 2010, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Por desconhecer o auxílio, muitos estudantes demoram a requerer o direito e, por isso, além de todas as outras dificuldades de adaptação a uma nova cultura, a evasão foi muito grande nos primeiros anos de UFGInclui.

As demandas levantadas pelo grupo são repassadas à Coordenação de Inclusão e Permanência (CIP), vinculada à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) que tem desenvolvido várias ações para garantir não só a inclusão, mas também a continuidade desses estudantes na Universidade. Graças a esse trabalho, em 2014, a taxa de evasão de estudantes do UFGInclui chegou a zero na UFG.

Além de estar presente no ato da matrícula para informar aos estudantes sobre seus direitos e diagnosticar casos que mais precisam de acompanhamento, a CIP realiza intervenções em cursos de formação de novos professores, conselhos diretores e semanas pedagógicas, para tentar formar profissionais mais preparados para lidar com as especificidades dos alunos do UFGInclui. “Existe preconceito e, inclusive, profissionais que ainda são contra o programa. Mas a UFG é, acima de tudo, uma instituição de educação. Nosso papel é educar também a essas pessoas”, detalha Jean Baptista.

Na busca de atender a essas demandas, a CIP criou, em 2014, o Espaço de Inclusão e Permanência, onde funciona também a coordenação, no segundo andar do Centro de Convivência, no Câmpus Samambaia. No espaço, são oferecidos núcleos livres, atendimento psicopedagógico, monitorias e, principalmente, acolhimento aos estudantes do UFGInclui e também aos cotistas pretos e pardos, aos estudantes transexuais, aos vinculados ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e outros com dificuldades de aprendizado. “O espaço é para todos, mas com ênfase na inclusão”, destaca Jean Baptista.

Estudantes se sentem “em casa” no Espaço

O indígena MaykonPepjacaKrikati, estudante do 3º período de Ciências Biológicas, ingressou na Universidade pelo UFGInclui. Ele veio da Aldeia São José no Território Krikati, Sudoeste do Maranhão. O estudante conta que, quando chegou à Goiânia, se sentiu como um estranho no mundo novo e teve muitas dificuldades na cidade grande onde, segundo ele, tudo é diferente. “Achava que não ia me dar bem com outras pessoas, mas encontrei gente disposta a ajudar. Senti-me acolhido. No Espaço todos são iguais e todos são ouvidos”, relata. Segundo ele, a equipe da CIP o ajudou muito com os procedimentos de solicitação de moradia estudantil e bolsa alimentação.

Um dos cerca de 50 membros da União de Estudantes Indígenas e Quilombolas, o estudante quilombola José Henrique Cavalcanti, que cursa Relações Internacionais, afirma que a universidade ainda tem muitas formas de exclusão, a começar pela linguagem, que não é a mesma da comunidade. Por esse motivo, o estudante elogia o trabalho da CIP e o Espaço de Inclusão e Permanência que, segundo ele, é o lugar mais diverso da UFG. “A gente ainda precisa de muita coisa e aqui nossas lutas se encontram e achamos forças para lutar juntos”.

“Um lugar para se sentir à vontade na universidade”

Saturnina da Costa, 27 anos, é estudante do PEC-G e cursa Ecologia e Análise Ambiental. Ela, que veio de Guiné-Bissau, também relata muita exclusão, preconceito por parte de colegas, funcionários da UFG e até professores. “Já sofri muito, mas agora não admito mais. Nem comigo e nem com ninguém. Sinto-me orgulhosa do que sou dentro da UFG, por tudo o que conquistei aqui e porque muita coisa está mudando”, afirma. Ela também diz que encontrou no Espaço de Inclusão e Permanência um lugar para se sentir à vontade na universidade, interagir com outros grupos e fazer amigos. “Esse Espaço foi a melhor coisa que aconteceu na UFG. Quem estiver se sentindo só na Universidade, pode vir para cá que vai encontrar carinho”, conclui.

Ingressante pelo sistema de cotas, Jean Carlos Rodrigues, estuda Nutrição e narra diversos casos de preconceito vivenciados na Universidade. “Existe um racismo ‘sutil’ quando a gente é abordado por seguranças por ser negro. Temos que empoderar mais pessoas na universidade e aprender a não deixar pra lá”, ressalta. O estudante já participou de algumas monitorias no Espaço de Inclusão e Permanência e elogia o aspecto humanizado do local. “As monitorias servem para deixar a situação um pouco mais igual. Muitos professores esperam que todos tenham conhecimento nivelado. Vim de escola pública. Infelizmente não é assim”, relata. Jean Carlos reivindica a criação de um espaço parecido também no CâmpusColemar Natal e Silva, onde estuda, e nas regionais. “Nem todos tem condições de vir aqui pro Câmpus Samambaia e ficam sem ter a quem recorrer”, explica.

Histórico

Antes da aprovação da Lei de Reserva de Vagas (Lei 12.711/2012), que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas instituições federais de ensino superior para alunos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escolas públicas, o Programa UFGInclui beneficiava estudantes de escolas públicas, negros, quilombolas e indígenas. A partir do vestibular de 2013, o UFGInclui se adequou à lei e passou a beneficiar apenas quilombolas e indígenas de escolas públicas, além de estudantes surdos. Os demais estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas e querem optar pelas cotas, agora são incluídos na Lei de Reserva de Vagas.